

DO LUCRO PRIVADO AO PODER PÚBLICO

Financiando o Desenvolvimento, Não a
Oligarquia



Há uma década, os países do mundo chegaram a um acordo sobre uma visão do bem comum — os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável — e sobre um plano para alcançá-la, a Agenda de Ação de Adis Abeba. Dez anos depois, esse esforço está fracassando. Quase metade da população mundial (mais de 3,7 bilhões de pessoas) vive na pobreza, enquanto se generalizam a injustiça de gênero, a fome e outras recusas de direitos humanos básicos. Desde 2015, o 1% mais rico obteve pelo menos 33,9 trilhões de dólares em riqueza em termos reais, o suficiente para erradicar 22 vezes a pobreza global anual. Os bilionários, que são cerca de 3 mil pessoas, ganharam 6,5 trilhões de dólares em termos reais, mais do que o custo anual para atingir os ODS, estimado em 4 trilhões.

Um fator fundamental que prejudica os esforços globais de desenvolvimento é a desigualdade econômica extrema. Há uma década, as grandes instituições de desenvolvimento reorientaram sua missão para o recrutamento de poderosos investidores privados do Norte Global, com vistas a atingir os objetivos de desenvolvimento, uma ideia que o economista-chefe do Banco Mundial descartou como “fantasia”. Atualmente, a agenda de desenvolvimento foi capturada em um grau considerável pelos interesses de ricos investidores privados. Apesar das evidências importantes de que essa abordagem não funcionou, que pode causar grandes danos e que não é melhor do que o financiamento público, surge um novo e alarmante impulso por trás da ideia, à medida que o sistema tradicional de ajuda se desagrega.

É necessária uma nova agenda que posicione o poder público acima do lucro privado. A quarta Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, que acontecerá em Sevilha, na Espanha, oferece a oportunidade para um multilateralismo transformado, que pode ser construído ao longo de 2025. Os países dispostos a liderar podem fazer avanços reais em direção aos objetivos de desenvolvimento, trabalhando juntos para combater a desigualdade extrema. Países e atores do desenvolvimento devem rejeitar o “Consenso de Wall Street” em torno do financiamento do desenvolvimento e adotar uma abordagem que priorize o setor público. Eles podem começar tributando os mais ricos. Uma nova pesquisa global revela que 9 em cada 10 pessoas apoiam a taxa dos super-ricos com o objetivo de aumentar a receita necessária para investir em serviços públicos e ações climáticas. Também são fundamentais as reformas na arquitetura financeira internacional e o restabelecimento da ajuda.

1. A DESIGUALDADE EXTREMA ESTÁ PREJUDICANDO O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

Há uma década, os países do mundo chegaram a um acordo sobre uma visão do bem comum — os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) — e um plano para financiar essa visão — a Agenda de Ação de Adis Abeba.¹ Dez anos depois, os ODS e a Agenda de Adis Abeba estão fracassando.

De uma série de objetivos admiráveis — como erradicar a fome e a pobreza extrema, alcançar a igualdade de gênero e garantir acesso a saúde, educação e trabalho decente — em 2024, apenas 16% das metas dos ODS estavam em vias de serem cumpridas até 2030.² De acordo com estimativas recentes, mais de 3,7 bilhões de pessoas (quase metade do mundo) vivem na pobreza,³ mais de 700 milhões enfrentam a fome, e a igualdade de gênero não será alcançada nos próximos 123 anos.⁴ A lacuna entre a quantidade de dinheiro necessária para atender às necessidades básicas e a quantidade efetivamente mobilizada para isso, ou seja, a “lacuna de financiamento” dos ODS, aumentou muito, de uma estimativa de 2 trilhões de dólares em 2015 para 4 trilhões anualmente, e a projeção é de que chegue a 6,4 trilhões até 2030.⁵ Além disso, os países estão se recuperando de uma crise da dívida soberana, da possibilidade de guerras comerciais, dos custos da inação climática e da rápida redução da ajuda, que pode jogar milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza.

RIQUEZA PRIVADA CONCENTRADA AO LADO DA MISERIFICAÇÃO PÚBLICA

Em grande parte, os fracassos da última década são resultado de não se ter combatido a desigualdade extrema, ou seja, da opção por priorizar interesses privados em detrimento do bem público. O ODS 10, sobre redução da desigualdade, é um dos objetivos com pior desempenho.⁶ Embora não tenha sido capaz de erradicar a pobreza na última década, o mundo conseguiu gerar 1.202 novos bilionários, e está a caminho de ter cinco trilionários em uma década.⁷ Desde 2015, o 1% mais rico acumulou pelo menos 33,9 trilhões de dólares em riqueza em termos reais, o suficiente para erradicar a pobreza global anual 22 vezes.⁸ Agora, essas pessoas detêm mais riqueza do que os 95% mais pobres do mundo, juntos.⁹

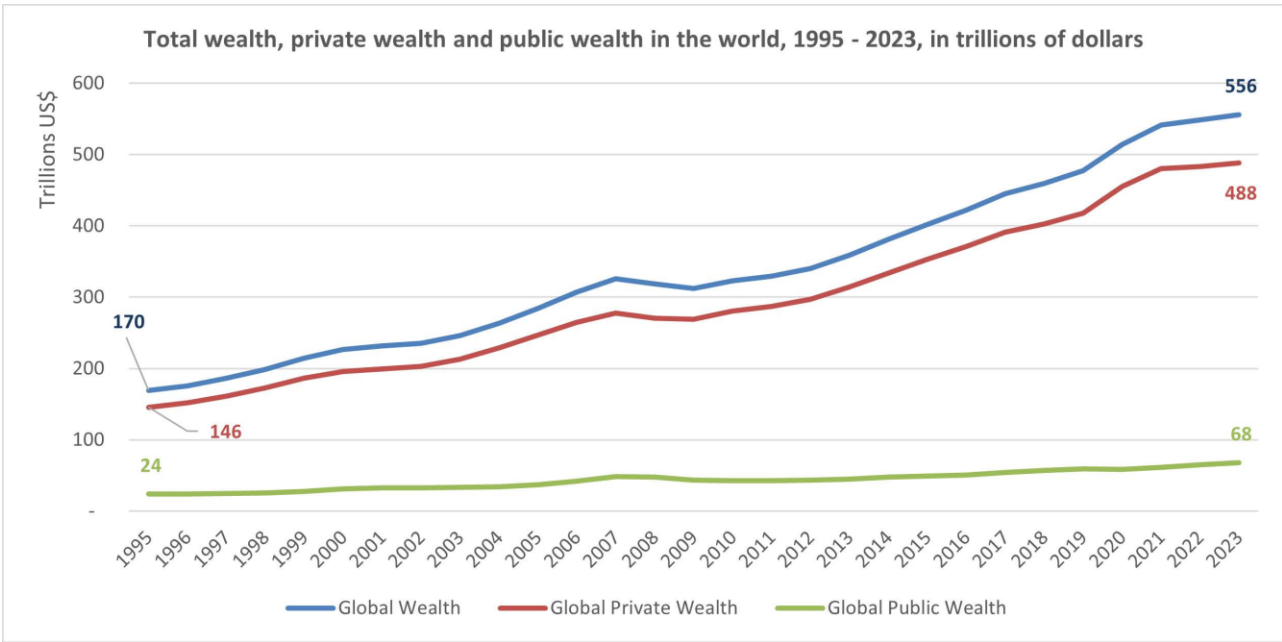
Só os bilionários (cerca de 3 mil pessoas, segundo a Forbes, cuja imensa maioria é de homens) ganharam 6,5 trilhões de dólares desde 2015, mais do que o suficiente para cobrir todo o déficit anual de financiamento dos ODS e erradicar a pobreza global anual mais de quatro vezes.¹⁰ Essa riqueza também se concentra de forma imensamente desproporcional no Norte Global, onde está a maioria dos bilionários e da riqueza do mundo, apesar de abrigar apenas um quinto da população global.¹¹ Essa enorme concentração de riqueza se traduziu em poder político, em um movimento em direção à oligarquia que considera que os indivíduos ultrarricos são capazes de definir a tomada de decisões políticas e econômicas de maneiras que aumentem sua riqueza e contenham os esforços para criar uma sociedade mais igualitária.¹²

Igualmente, os países, que deveriam cumprir um papel fundamental na concretização desses objetivos de desenvolvimento, entregaram um poder imenso a atores privados e restringiram seu próprio espaço fiscal. O colapso da tributação de pessoas físicas ricas e grandes empresas nas últimas décadas, assim como um aumento desastroso dos pagamentos da dívida soberana, teve um

grande impacto sobre a capacidade dos Estados de fornecer serviços públicos como água potável, educação e cuidados.¹³ Intervenções por parte de governos e bancos centrais contribuíram muito para o aumento da riqueza privada. Repetidas intervenções que aconteceram depois da crise financeira de 2008 e, mais recentemente, um estímulo de 16 trilhões de dólares após a Covid-19, elevaram os preços de ativos preferidos pelos ricos, como imóveis e ações.¹⁴

Uma nova análise da Oxfam sobre dados globais de riqueza mostra que, embora o mundo tenha enriquecido muito nas últimas décadas, o mesmo não aconteceu com os governos. Entre 1995 e 2023, a riqueza privada global cresceu 342 trilhões de dólares, o que representa oito vezes mais do que a riqueza pública global (a riqueza líquida dos governos), a qual aumentou apenas 44 trilhões (Figura 1).¹⁵ A riqueza pública global, como parcela da riqueza total, diminuiu entre 1995 e 2023.¹⁶

Figura 1. EVOLUÇÃO DA RIQUEZA GLOBAL TOTAL, DA RIQUEZA PRIVADA GLOBAL E DA RIQUEZA PÚBLICA GLOBAL, 1995-2023 (EM TRILHÕES DE DÓLARES)

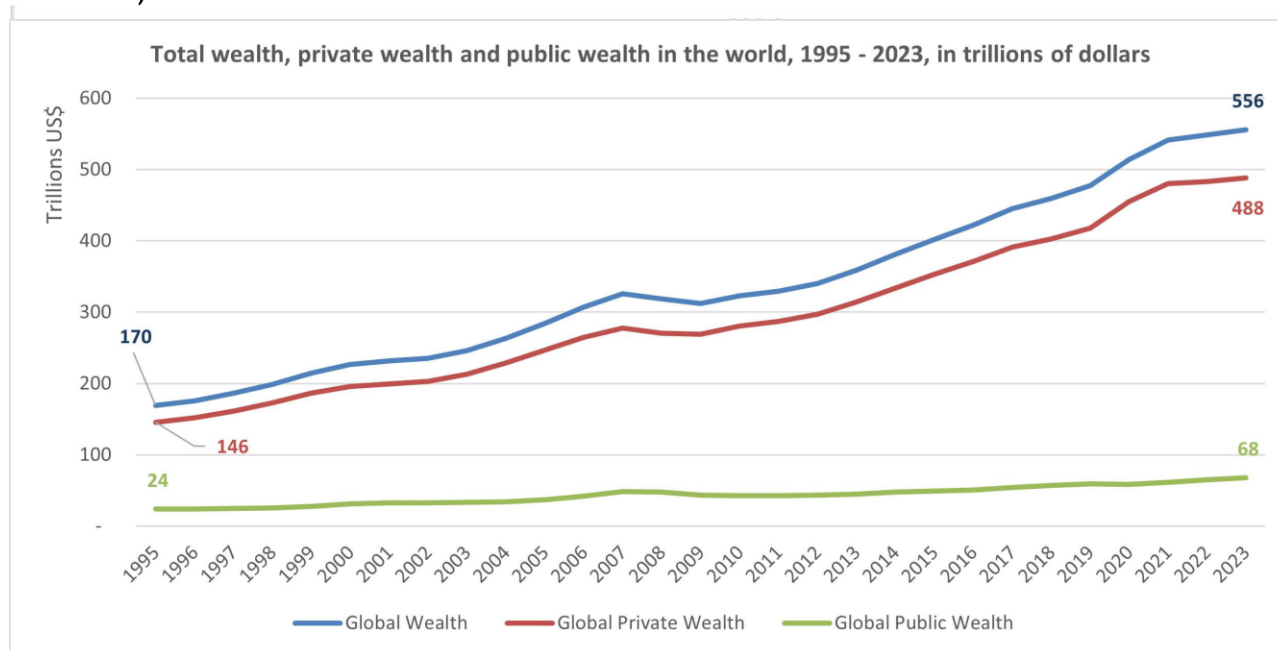


Fonte: <https://wid.world/data/>

As relações entre riqueza/renda globais e regionais ressaltam essa evolução, mostrando que o rápido aumento da riqueza fluiu desproporcionalmente para mãos privadas.¹⁷ Entre 1995 e 2023, a riqueza privada global, expressa em relação à renda, aumentou 191 pontos percentuais (de 363% para 554%) enquanto a riqueza pública aumentava apenas 18 pontos percentuais (de 68% para 86%).¹⁸ Observando as regiões do mundo, a relação entre riqueza privada e renda aumentou em todas as regiões (de 10), enquanto a relação entre riqueza pública e renda diminuía em sete delas (Figura 2).

Figura 2. VARIAÇÃO DA RIQUEZA PRIVADA E PÚBLICA POR REGIÃO, 1995-2023 (COMO PORCENTAGEM DA RENDA

REGIONAL)



Fonte: <https://wid.world/data/>

REESCREVENDO A AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PARA SERVIR A INTERESSES PRIVADOS

A Agenda de Adis Abeba certamente não é a única razão para os fracassos no financiamento e no cumprimento das metas de desenvolvimento em geral. Em muitos aspectos, esses fracassos decorrem de um compromisso mais profundo com valores e políticas neoliberais, incluindo a primazia do acionista, que visa extrair o máximo valor para beneficiar acionistas e executivos ricos no curto prazo,¹⁹ bem como o rápido colapso da tributação dos indivíduos mais ricos e das empresas mais lucrativas.²⁰ Essas tendências aprofundaram a desigualdade econômica e política, inclusive em termos de gênero e raça, abrindo caminho para o domínio oligárquico.²¹ Mas a Agenda de Adis Abeba foi mais do que apenas uma oportunidade perdida para enfrentar os fatores estruturais de fundo que impulsionam a desigualdade. Ela foi a consequente adoção da ideia de que o desenvolvimento humano poderia e, na verdade, deveria, ser reformulado como projeto de investimento.

Como explica este documento, a agenda de desenvolvimento foi, em grande medida, capturada pelos interesses de investidores privados ricos. Cada vez é mais aceita a pressão equivocada para apresentar Wall Street e investidores ricos como a resposta aos desafios do desenvolvimento, apesar da falta de evidências de que essa seja uma ideia viável ou melhor do que o financiamento público. De fato, como alertaram acadêmicos e a sociedade civil, abordar o desenvolvimento como sendo, antes de tudo, uma oportunidade para poderosos atores financeiros não gerou o financiamento necessário e resultou em problemas consideráveis.²²

Em vez disso, as ambições dos investidores ricos do Norte Global foram maquiadas sob pretexto de financiar o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que os objetivos de desenvolvimento definham. Enquanto isso, de contribuintes, os mais ricos do mundo se transformaram em

credores e acionistas, protegidos das demandas democráticas.

De forma alarmante, com os países do G7 prestes a realizar o maior corte já registrado nos níveis de ajuda,²³ há um novo impulso por trás da ideia de que a escassa assistência restante deveria ser direcionada ao setor financeiro privado. Isso seria errado.

Este documento analisa em profundidade dois acontecimentos que demonstram como a busca de lucros prejudicou o desenvolvimento global: o esforço para reapresentar o desenvolvimento como um ativo para o financiamento privado e a dependência de credores privados, que agrava a crise da dívida global. Apesar do difícil contexto geopolítico, 2025 representa uma oportunidade única na década para corrigir o rumo. A quarta Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4, na sigla em inglês), que acontecerá em Sevilha, na Espanha, é uma oportunidade fundamental e rara para trilhar um caminho novo e diferente.

2. A FÉ EQUIVOCADA NO FINANCIAMENTO PRIVADO

O CONSENSO DE WALL STREET

Há muito tempo, diversas e influentes instituições multilaterais e bilaterais de desenvolvimento pressionam por um maior envolvimento do setor privado na prestação de serviços públicos. Há uma década, essa dinâmica evoluiu e se aprofundou, à medida que os principais bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) reformulavam sua missão em torno da convicção não comprovada de que os recursos públicos poderiam ser usados de forma mais eficaz ao se recrutarem investidores poderosos do Norte Global para atingir os objetivos de desenvolvimento.²⁴ Coincidindo com o anúncio dos ODS, o Banco Mundial defendeu uma “mudança de paradigma”, passando de bilhões para trilhões, que consistia no uso de recursos públicos para “catalisar” fluxos privados por meio de vários instrumentos financeiros.²⁵

Instrumentos como “parcerias público-privadas” (PPPs) e conceitos como “financiamento misto” e “redução de riscos” se tornaram onipresentes, apesar das preocupações dos críticos de que isso equivaleria a abandonar a pretensão de financiar o desenvolvimento, passando a ser um canal para as ambições do capital privado.²⁶ A professora Daniela Gabor se refere a isso como o “Consenso de Wall Street”, que “reformula o (Pós) Consenso de Washington... na linguagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e identifica as finanças globais como o ator fundamental para alcançar os ODS.”²⁷

UMA “FANTASIA” FISCAL QUE ENRIQUECE INVESTIDORES RICOS

Considerando-se a alta concentração do patrimônio nas mãos dos mais abastados (o 1% mais rico detém 43% de todos os ativos globais), o Consenso de Wall Street atendeu às demandas dos investidores que buscavam novos retornos.²⁸ Uma de suas principais falhas, com a qual até mesmo seus defensores concordam, é sua incapacidade de produzir a quantidade de dinheiro necessária para atingir os ODS. Até o economista-chefe do Banco Mundial chamou a ideia de passar de “bilhões para trilhões” de “fantasia”.²⁹

De acordo com a Força-Tarefa de Mobilização dos BMDs, esses bancos e as instituições financeiras

de desenvolvimento (IFDs) mobilizaram apenas 87,9 bilhões de dólares em financiamento privado em 2023 para países de baixa e média renda, uma quantia insignificante considerando a estimativa de déficit de financiamento, que é de 4 trilhões por ano.³⁰

Além disso, os países e os projetos que mais necessitam de financiamento para o desenvolvimento receberam uma parcela especialmente pequena do financiamento privado devido a preocupações com a lucratividade e os riscos dos projetos.³¹ Em 2023, somente 10,2 bilhões de dólares mobilizados como financiamento privado foram destinados a países de baixa renda,³² o que é coerente com as conclusões da OCDE, de que apenas 12% do financiamento privado mobilizado ao longo de três anos foram destinados a esses países.³³ As alegações de que recursos públicos poderiam catalisar o investimento privado também não se confirmaram. Apesar de as IFDs terem afirmado, em 2015, que 1 dólar em recursos públicos poderia mobilizar outros 2 a 5 dólares do setor privado,³⁴ um estudo de 2019 constatou que, em média, cada dólar mobilizou apenas 75 cents em financiamento privado, e apenas 37 desses cents foram para países de baixa renda.³⁵

No entanto, a ideia de que o financiamento privado pode, de alguma forma, ser alavancado para atingir os objetivos de desenvolvimento continua em voga. Os apoiadores, mesmo admitindo que ela não foi bem-sucedida, afirmam que as reformas ainda poderiam triplicar ou quadruplicar o financiamento.³⁶ E embora tenha reconhecido que a ideia de passar de “bilhões para trilhões” estava “fora da realidade” e “gerava complacência”, o presidente do Banco Mundial, Ajay Banga, afirma que as “condições certas” incentivarão o fluxo de investimentos privados.³⁷

Mas há amplas evidências de que, mesmo fluindo, o financiamento privado costuma ser mais caro do que o financiamento público e apresenta imensos riscos fiscais para os Estados.³⁸ Por exemplo, as parcerias público-privadas na área da saúde têm um histórico de impor encargos elevados e insustentáveis aos orçamentos públicos do setor, muito acima do prometido. Na Turquia, diz-se que 10 hospitais com PPPs, sozinhos, representam mais de um quarto de todo o orçamento de saúde do país,³⁹ enquanto no Lesoto, um único hospital consumiu metade do orçamento da saúde.⁴⁰ As PPPs na educação também têm sido associadas ao uso excessivo de recursos públicos.⁴¹

AO MESMO TEMPO EM QUE AUMENTA A DESIGUALDADE

A subordinação dos objetivos públicos ao lucro privado aumenta a pobreza e a desigualdade, tanto dentro de cada país quanto entre países diferentes. Na prática, as abordagens que priorizam o financiamento privado podem prejudicar a capacidade dos Estados de controlar seu desenvolvimento. Países do Sul Global e instituições de desenvolvimento são forçados a adaptar políticas e objetivos de desenvolvimento para se alinhar aos interesses de investidores predominantemente concentrados no Norte Global, reforçando, assim, os padrões coloniais de controle econômico.^{42,43,44} Isso pode reduzir o acesso a serviços essenciais e criar oportunidades para corrupção.⁴⁵ Os serviços públicos, fundamentais para enfrentar a desigualdade extrema, podem se deteriorar com o financiamento privado.⁴⁶ Por outro lado, o investimento em serviços públicos tem se mostrado essencial para a redução da desigualdade.⁴⁷

Também foram levantadas preocupações profundas com os riscos de deixar o acesso a direitos humanos fundamentais à mercê dos caprichos de investidores privados cuja principal motivação é a busca por retorno financeiro.⁴⁸

Um conjunto cada vez maior de evidências sugere que essas preocupações são pertinentes, e já

foram documentados problemas como a exclusão sistemática de quem não pode pagar, colocando as pessoas em dificuldades financeiras para acessar os serviços, além de gerar más condições de trabalho, preocupações ambientais e problemas sérios de qualidade.⁴⁹

Depender de financiamento privado para o cumprimento de direitos fundamentais também representa riscos específicos em termos de gênero. Por exemplo, serviços pagos podem excluir desproporcionalmente as mulheres, que costumam ter renda mais baixa. À medida que os serviços públicos se deterioram, pode haver um aumento da carga desproporcional de cuidados não remunerados que recai sobre as mulheres e uma redução de sua participação na força de trabalho, pois o setor privado apresenta índices de emprego menores para mulheres do que o setor público.⁵⁰

Por exemplo, na Índia, hospitais com fins lucrativos patrocinados pelo Grupo Banco Mundial já negaram serviços de emergência a pacientes, apesar de terem obrigação legal de prestar atendimento.⁵¹ No Quênia, hospitais privados apoiados por instituições financeiras de desenvolvimento (IFDs) impediram a saída de pacientes, inclusive recém-nascidos e cadáveres.⁵² Na Libéria, durante a pandemia de Covid-19, uma PPP na área da educação fechou suas escolas e cortou os salários dos professores em até 90%, descumprindo a política do governo.⁵³ E no Peru, uma PPP impôs aumentos contínuos e injustificados em pedágios, tornando-os inacessíveis à maioria da população e aumentando os próprios lucros em quase 23 milhões de dólares.⁵⁴

Os riscos não estão presentes apenas no Sul Global. Por exemplo, um estudo constatou que os fornecedores privados de água nos Estados Unidos cobram, em média, 59% a mais do que os fornecedores públicos, ao mesmo tempo em que costumam adotar medidas perigosas de corte de custos que podem afetar diretamente a saúde pública.⁵⁵ Uma revisão sistemática de evidências internacionais constatou que o investimento de capital privado em estruturas de saúde e cuidados está associado a impactos negativos sobre os custos para pacientes e pagadores, e a impactos mistos a negativos sobre a qualidade e os resultados de tratamentos.⁵⁶ Por exemplo, um estudo sobre casas de repouso nos Estados Unidos constatou que sua aquisição por capitais privados levou a um aumento de 11% na mortalidade.⁵⁷

SEM SUBSTITUTO PARA A AJUDA EXTERNA

Apesar das crescentes evidências de que o financiamento privado pode levar a resultados piores, os países de alta renda e as instituições de desenvolvimento estão correndo para consagrar Wall Street como sucessora do sistema de ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD).⁵⁸ Quando questionado sobre os impactos dos recentes cortes drásticos na AOD no Reino Unido, por exemplo, o Ministro da Fazenda do país, de forma rápida e desagradável, passou a enquadrar os cortes como “enormes oportunidades” para alavancar o investimento privado.⁵⁹ Governos e instituições financeiras internacionais parecem estar dobrando a aposta na duvidosa experiência do financiamento privado, dando muita ênfase à sua mobilização no documento final para Sevilha.⁶⁰

Os críticos alertam que isso implicaria limitar o papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento e dos Estados a oferecer garantias, securitização e redução de riscos, deixando, na prática, a arena do desenvolvimento para o financiamento privado e usando recursos públicos para garantir lucros desses investidores.⁶¹

Em vez de apoiar os países do Sul Global na construção de seus próprios serviços públicos, as instituições de desenvolvimento estão subsidiando investidores privados para extrair lucros,

aprofundando ainda mais a desigualdade e reduzindo os padrões e a qualidade. Este é um alerta de que as instituições encarregadas de reparar a exploração do Sul Global podem acelerá-la.

Mais do que nunca, é necessário um acerto de contas honesto com os fracassos do financiamento privado e com o papel das instituições de desenvolvimento em sua promoção. As deficiências desse tipo de financiamento fazem com que os apelos para que ele substitua a ajuda sejam não apenas equivocados, mas também hipócritas, ao ponto de representar ignorância deliberada.⁶² Na prática, essa transformação da AOD em um recurso de redução de riscos subsidia empresas do Norte Global sob pretexto de ajudar o Sul.⁶³

3. UMA CRISE DA DÍVIDA EXACERBADA POR CREDORES PRIVADOS

Além da pressão para situar os atores financeiros privados diretamente no centro da arquitetura do desenvolvimento, certos credores privados também desempenharam um papel fundamental em frear os esforços de desenvolvimento, principalmente ao agravar as crises da dívida soberana para gerar lucros e enriquecer investidores ricos.

Anualmente, os países endividados transferem aos credores privados 90 bilhões de dólares a mais do que recebem, debilitando os serviços públicos e enriquecendo desproporcionalmente os investidores ricos do Norte Global.⁶⁴ Os países de baixa renda estão gastando, em média, mais de 50% de sua receita com o serviço da dívida,⁶⁵ e alguns gastam muito mais, como Burundi (63,54%), Sri Lanka (193%) e Marrocos (61%).⁶⁶ As despesas da dívida desbancam outras prioridades, com alguns países gastando 60% a mais com o serviço da dívida do que com saúde, educação e proteção social combinadas,⁶⁷ e 12,5 vezes mais do que com adaptação climática.⁶⁸ Hoje, cerca de 60% dos países de baixa renda estão sobreendividados ou em risco de entrar nessa situação, e o peso da dívida assumido pelos países de renda média atingiu recentemente o maior nível em 30 anos.⁶⁹ Apesar das limitações, uma iniciativa de um País Pobre Muito Endividado (PPME) demonstrou os efeitos benéficos do alívio da dívida,⁷⁰ mas não conseguiu enfrentar o papel central dos credores privados em dificultar o processo de reforma da dívida.⁷¹

A PREDOMINÂNCIA DOS CREDORES PRIVADOS

Credores privados são pessoas físicas ou jurídicas que comprem títulos soberanos e letras que vários Estados oferecem para financiar suas necessidades. Entre eles, há um subconjunto, os chamados fundos abutres, que visam Estados à beira da crise financeira, inadimplência ou reestruturação, comprando seus títulos e letras no mercado secundário a preços baixos e pressionando pelo cumprimento dos preços integrais dos títulos por meio de ações judiciais. Os credores privados assumiram uma forte liderança sobre os emprestadores bilaterais, superando-os em uma proporção de cinco para um.⁷² Atualmente, os credores privados respondem por mais da metade da dívida de países de baixa e média renda.⁷³ A iminente crise global da dívida faz do enfrentamento dessas questões uma prioridade máxima para evitar o pior que pode acontecer nos próximos anos.

Esse empoderamento dos credores privados aumentou com a proliferação de crises da dívida, à medida que eles saem dos mercados de dívida vulneráveis em países de baixa e média renda, deixando-os repentinamente sem dinheiro e expostos à inadimplência soberana.⁷⁴ Essas crises aprofundaram a extensão da austeridade, com uma projeção de que mais de 75% da população

mundial viverão sob algum tipo de regime desse tipo até 2025,⁷⁵ dificultando o acesso a serviços públicos vitais, com a redução da justiça de gênero e dos direitos humanos mais amplos, enquanto beneficiam, com frequência, investidores privados.

CREDORES PRIVADOS, GARANTIAS PÚBLICAS

Embora não sejam os únicos culpados por um sistema financeiro manipulado, os credores privados cumprem um papel especialmente prejudicial no agravamento das crises de dívida. Eles concedem substancialmente menos alívio de dívidas,⁷⁶ cada vez mais discriminando os países mais pobres, com apenas um desses credores participando da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, na sigla em inglês).⁷⁷ Os credores privados citaram a redução dos lucros como motivo para sua abstenção e ameaçaram se retirar e aumentar as taxas de juros (apesar de já cobrarem taxas mais altas do que os credores soberanos e as IFDs). Esses esforços também prejudicaram muito o acordo do Quadro Comum da Dívida.⁷⁸

Os fundos abutres têm representado uma força particularmente destrutiva, capaz de sabotar acordos de reestruturação que teriam proporcionado o tão necessário alívio da dívida, usando táticas jurídicas para extorquir países por retornos de até 2.000% sobre suas posições em dívidas inadimplentes.⁷⁹

Na última década, começaram a ser introduzidas cláusulas de ação coletiva mais rígidas em contratos de títulos, que forçam a reestruturação sobre credores privados supermajoritários resistentes, reduzindo o risco de ações judiciais por parte de fundos abutres. Mas nem todos os títulos ou empréstimos bancários incluem essas cláusulas, e a possibilidade de ações judiciais continua a pesar nas negociações de reestruturação de dívidas.⁸⁰ Após o calote de 2022, o processo de reestruturação do Sri Lanka foi prejudicado por um credor privado que detinha uma participação obstrutiva, ou seja, quantidade suficiente de títulos para impedir a maioria qualificada necessária para aprovar a reestruturação.⁸¹ Embora o Sri Lanka tenha conseguido reestruturar suas dívidas com detentores de títulos soberanos,⁸² seus esforços de reestruturação com credores privados continuam prejudicados.⁸³

O alto custo do financiamento nos países em desenvolvimento também decorre da privatização de uma função que poderia ser pública: a classificação de crédito. As agências privadas do Norte superestimam regularmente os riscos de investimento no Sul Global, inflando as taxas de juros e causando cerca de 74,5 bilhões de dólares em oportunidades perdidas. Um fenômeno conhecido como “Prêmio África”⁸⁴ levou os líderes do continente a estabelecer uma agência africana de classificação de crédito.⁸⁵ As agências privadas chegaram a ameaçar rebaixar a classificação de crédito dos países participantes da DSSI.⁸⁶

Os credores privados atuam em um ecossistema financeiro internacional incrivelmente enviesado e frágil, resultado, ele próprio, das incapacidades de reformar a arquitetura financeira internacional desde a virada do século, bem como da imposição de programas de ajuste estrutural e outras reformas econômicas⁸⁷ que afundaram muitos países do Sul Global em um ciclo de dependência da dívida. Por exemplo, os custos de financiamento mais elevados para os países do Sul Global limitam o espaço fiscal,⁸⁸ aprofundando a desigualdade.^{89,90} Em 2023, o sistema financeiro global extraiu mais de 263 bilhões de dólares do Sul Global para o 1% mais rico do Norte.⁹¹

4. O CAMINHO À FRENTE: SEVILHA E ALÉM

A Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a ser realizada em Sevilha, representa uma oportunidade necessária para uma mudança de curso que se afaste da oligarquia e rume à reafirmação do bem público. Diante de um contexto geopolítico dinâmico e desafiador, é vital que haja novas formas de cooperação política entre países e movimentos sociais. Esta geração pode se inspirar em iniciativas passadas, por exemplo, o Espírito de Bandung e o consequente Movimento dos Países Não Alinhados, que buscava traçar um caminho independente com foco em soberania, solidariedade e equidade, unindo países em uma causa comum para enfrentar a desigualdade crescente e extrema. A Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4), como processo da Organização das Nações Unidas (ONU), põe todos os países em pé de igualdade. É necessária uma nova agenda, em Sevilha e além, que inclua:

1. **NOVAS ALIANÇAS CONTRA A DESIGUALDADE:** Países do Sul e do Norte Globais devem trabalhar em coalizão para se opor à desigualdade extrema, tanto no plano doméstico quanto no internacional. Estados dispostos a liderar e a priorizar a solidariedade podem fazer avanços reais no combate ao poder oligárquico e monopolista, garantindo que os direitos humanos não sejam submetidos aos lucros privados e prestando serviços públicos universais de alta qualidade.

Países como Brasil, África do Sul, México e Espanha têm demonstrado liderança nos últimos tempos para enfrentar a desigualdade em nível internacional. Uma nova “Aliança Global Contra a Desigualdade”, lançada pela Alemanha e outros países e apoiada pela Pathfinders e pela Oxfam, oferece um meio de cooperação para combater a desigualdade, e mais governos devem aderir.⁹² Todos os países devem endossar uma Iniciativa para a Redução da Desigualdade que possa apoiar medidas significativas e viáveis, incluindo a redistribuição e a reorientação a indicadores que vão além do PIB.⁹³

2. **REJEIÇÃO DO CONSENSO DE WALL STREET E ADOÇÃO DE UMA ABORDAGEM QUE PRIORIZE O SETOR PÚBLICO:** Os formuladores de políticas devem rejeitar os esforços renovados para apresentar o setor privado como solução para financiar o desenvolvimento, dadas as evidências cada vez maiores de suas falhas e ineficiências. Isso implica abandonar o foco em parcerias público-privadas, principalmente para serviços públicos essenciais, e as abordagens lideradas pelo setor privado e que priorizem o financiamento privado. Em vez disso, uma maneira mais eficaz de combater a desigualdade é os Estados desempenharem um papel central no desenvolvimento, concentrando-se no financiamento público e garantindo a prestação de serviços públicos universais, gratuitos e de alta qualidade, que também possibilitem uma transição justa. Isso inclui saúde e educação públicas acessíveis e de qualidade, mas também implica explorar opções públicas em setores que vão dos transportes à energia e outros serviços de cuidado.

Para concretizar essa visão, incorporada na Declaração de Santiago para Serviços Públicos,⁹⁴ os atores devem adotar uma abordagem que priorize o setor público, baseada em processos de decisão participativos, comunitários e com perspectiva de gênero, reafirmando o papel do Estado como principal provedor. Os Estados devem ser reguladores dos mercados, com responsabilidades públicas, principais formuladores das políticas econômicas e industriais, e provedores de serviços públicos.⁹⁵

3. **TAXAÇÃO DOS SUPER-RICOS, PELAS PESSOAS E O PLANETA:** É onde está o dinheiro. Embora

a concentração extrema de riqueza tenha aumentado, os bilionários pagam alíquotas efetivas de impostos próximas a 0,3% de sua riqueza, bem abaixo da contribuição média dos trabalhadores. É hora de implementar uma tributação efetiva para os indivíduos super-ricos, incluindo maior transparência e mecanismos de combate à elisão fiscal. Onde o financiamento e os credores privados fracassaram, a tributação justa e progressiva pode mobilizar os recursos necessários para que os países tomem medidas em relação ao clima, aos serviços públicos universais e muito mais.

Ações urgentes para tributar os super-ricos são fundamentais para enfrentar desafios imperativos e reconstruir a confiança social. A cooperação global aumentaria em muito a eficiência da implementação. A negociação global firmada em 2024 pelo Brasil com o G20 para tributar indivíduos com alto patrimônio líquido e articular esforços com essa finalidade – que obteve o apoio de todos os líderes do G20 – estabeleceu um caminho histórico para avançar ainda mais. Agora, importantes negociações em andamento na ONU sobre uma convenção-quadro para a cooperação tributária internacional oferecem uma oportunidade fundamental para que sejam acordados princípios e diretrizes. Os países com interesse comum na mudança devem unir forças e promover esse esforço, inclusive por meio de uma plataforma colaborativa para ações sobre a tributação dos super-ricos.

A tributação dos super-ricos também tem uma aceitação incrivelmente grande. Uma nova pesquisa global da Oxfam Internacional e do Greenpeace Internacional revela um apoio público esmagador ao aumento de impostos sobre os mais ricos para financiar prioridades de desenvolvimento, incluindo o aumento dos gastos governamentais com educação (apoio de 89%), saúde pública (91%) e danos causados por desastres climáticos (90%). A pesquisa, realizada em 13 países entre maio e junho de 2025, também constatou que 86% dos entrevistados apoiam o financiamento de serviços públicos acabando com brechas que permitem que indivíduos muito ricos e grandes corporações usem paraísos fiscais.⁹⁶

4. **REFORMAR UMA ARQUITETURA FINANCEIRA INTERNACIONAL MANIPULADA:** Os países devem apoiar mudanças efetivas em uma arquitetura financeira que continua contribuindo para a crise da desigualdade. Além de apoiar o processo da convenção tributária da ONU, a Organização deve ter uma convenção sobre dívida. Essa convenção poderia reunir, em um único fórum multilateral juridicamente vinculante, as principais políticas globais relacionadas à dívida soberana, incluindo princípios de concessão e captação responsáveis de empréstimos, transparência, análise de sustentabilidade da dívida, execução de acordos de reestruturação e muito mais.⁹⁷

O FMI e o Banco Mundial devem ser democratizados por meio da reforma das cotas, e devem priorizar a rápida redução da desigualdade. Para tanto, o FMI deve alocar cerca de 200 bilhões de dólares por ano em Direitos Especiais de Saque, e a parcela destinada aos países em desenvolvimento deve ser dobrada.

5. **RESTAURAR A AJUDA GLOBAL VITAL:** Os países do Norte Global, por sua vez, devem corrigir rapidamente os recentes cortes catastróficos na ajuda vital e essencial, e cumprir sua antiga promessa de contribuir com, pelo menos, 0,7% de sua RNB em AOD. Além disso, devem proporcionar reparações aos povos anteriormente colonizados e se comprometer com reparações climáticas de no mínimo 5 trilhões de dólares por ano.

REFERÊNCIAS

- ¹ United Nations (2015). Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development. (Acessado em 9 de abril de 2025). <https://sustainabledevelopment.un.org/frameworks/addisababaactionagenda>.
- ² J. D. Sachs, G. Lafortune, G. Fuller (2024). Sustainable Development Report 2024. The SDGs and the UN Summit of the Future. Sustainable Development Solutions Network, p. VIII (Acessado em 11 de abril de 2025).
- ³ World Bank (2025), Poverty and Inequality Platform (version 20250401_2021_01_02_PROD) [data set]. World Bank (Acessado em 10 de junho de 2025). <https://pip.worldbank.org/home>, usando a linha de PPC de \$8.30, para 2021.
- ⁴ FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO (2024). The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. FAO, Roma, p. 10. (Acessado em 10 de junho de 2025), <https://doi.org/10.4060/cd1254en>; World Economic Forum (2025). Global Gender Gap Report 2025. (Acessado em 16 de junho de 2025). <https://www.weforum.org/publications/global-gender-gap-report-2025/digest/>
- ⁵ OECD (2025). Global Outlook on Financing for Sustainable Development 2025: Towards a More Resilient and Inclusive Architecture. OECD Publishing, Paris, p. 26. (Acessado em 7 de junho de 2025). <https://doi.org/10.1787/753d5368-en>.
- ⁶ J. D. Sachs, G. Lafortune, G. Fuller (2024). Sustainable Development Report 2024. The SDGs and the UN Summit of the Future. Sustainable Development Solutions Network, p. 498. (Acessado em 11 de abril de 2025).
- ⁷ Os dados sobre a riqueza dos bilionários são da Forbes. O aumento do número de bilionários foi apurado comparando-se março de 2015 e março de 2025. Os cálculos sobre cinco trilionários podem ser encontrados em Takers not Makers: The unjust poverty and unearned wealth of colonialism. Oxfam, p. 5. (Acessado em 19 de fevereiro de 2025). <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2025-01/English%20-%20Davos%20Full%20Report%202025.pdf>.
- ⁸ Os ganhos do 1% mais rico são baseados em dados coletados pelo UBS. Esse grupo acumulou 33,914 trilhões de dólares em riqueza em termos reais (ou seja, ajustados pela inflação) de 2015 a 2022. 2022 é o último ano para o qual há dados disponíveis do UBS, sendo, portanto, uma estimativa altamente conservadora. Ver UBS. (2023). Global Wealth Report 2023. (Acessado em 12 de junho de 2025). https://www.ubs.com/global/en/family-office-uhnw/reports/global-wealth-report-2023/jcr_content/mainpar/toplevelgrid_5684475_1708633751/col1/innergrid/xcol1/actionbutton_copy_co.1784379955.file/PS9jb250ZW50L2RhbmS9hc3NidHMvd20vZ2xvYmFsL2ltZy9nbG9iYWwtZmFtaWx5LW9mZmljZS9kb2NzL2d3ci0yMDIzLWVuLTlucGRm/gwr-2023-en-2.pdf. Os dados sobre pobreza são do Banco Mundial. Calculamos que 1,515 trilhão de dólares seriam suficientes para erradicar a pobreza global usando a PPC de 8,30 dólares para 2021, a mais alta das três linhas de pobreza globais do Banco. Adotamos essa linha porque acreditamos que ela oferece o quadro mais preciso sobre o número de pessoas que vivem na pobreza em todo o mundo. Com o objetivo de calcular o valor necessário para erradicar a pobreza, nós:
1. Convertemos o limite de pobreza de 8,30 dólares para a unidade monetária local (LCU, na sigla em inglês): fator de paridade do poder de compra (PPC) * 8,30.
 2. Convertemos LCU em dólares pela taxa de câmbio de mercado: Os dados da taxa de câmbio de mercado são do Banco Mundial para 2024 ou o ano mais recente (<https://data.worldbank.org/indicator/PA.NUS.FCRF?end=2024&start=1960&view=chart>)
 3. Calculamos o valor anual necessário para erradicar a pobreza em cada país: Produto da diferença de pobreza, linha de pobreza (em b), população e 365.
 4. Obtivemos o valor anual necessário para erradicar a pobreza globalmente: parte agregada (c). Isso nos dá 1,515 trilhão de dólares. Esse valor representa apenas 4,5% da riqueza adquirida pelo 1% mais rico entre 2015 e 2022. Em outras palavras, os 33,9 trilhões de dólares adquiridos pelo 1% mais rico entre 2015 e 2022 representam 22,4 vezes o valor necessário para erradicar a pobreza global.
- Ver World Bank (2024) [Versão Antiga] Reproducibility package for Poverty, Prosperity and Planet Report 2024. (Acessado em 12 de junho de 2025). <https://reproducibility.worldbank.org/index.php/catalog/189>; World Bank (2025). June 2025 global poverty update from the World Bank: 2021 PPPs and new country-data. (Acessado em 12 de junho de 2025). <https://blogs.worldbank.org/en/opendata/june-2025-global-poverty-update-from-the-world-bank--2021-ppps-a>.
- ⁹ Baseado em dados coletados pelo UBS. Ver UBS. (2023). Global Wealth Report 2023. UBS. (Acessado em 9 de setembro de 2024). <https://www.ubs.com/global/en/family-office-uhnw/reports/global-wealth-report-2023/exploring.html>.
- ¹⁰ Os dados sobre a riqueza dos bilionários são da Forbes. Os ganhos patrimoniais foram apurados comparando-se o patrimônio líquido em março de 2015 e em março de 2025, ajustados pela inflação. Durante esse período, a riqueza dos

bilionários aumentou 6,5 trilhões de dólares em termos reais, chegando a 16,1 trilhões (um aumento de 68,2%). Essa riqueza agora representa o equivalente a 14,6% do PIB global. Ver Forbes (2025) 2025 World Billionaire List. (Acessado em 12 de junho de 2025). <https://www.forbes.com/billionaires/>. Os dados sobre pobreza são do Banco Mundial; ver a nota 8 para mais informações sobre o cálculo do valor suficiente para acabar com a pobreza.

¹¹ Takers not Makers: The unjust poverty and unearned wealth of colonialism. Oxfam, p. 27. (Acessado em 19 de fevereiro de 2025). <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2025-01/English%20-%20Davos%20Full%20Report%202025.pdf>.

¹² J. Gandour, R. Riddell, N. Ahmed (23 de setembro de 2024). Multilateralism in an Era of Global Oligarchy. How Extreme Inequality Undermines International Cooperation. Oxfam, p. 3. (Acessado em 17 de fevereiro de 2025). <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2024-09/Multilateralism%20in%20an%20Era%20of%20Global%20Oligarchy%20FINAL%20-%20ENGLISH.pdf>.

¹³ M.-B. Christensen, C. Hallum, A. Maitland, Q. Parrinello, C. Putaturo (Janeiro de 2023). Survival of the Richest: How We Must Tax the SuperRich Now to Fight Inequality. Oxfam, p. 11. (Acessado em 13 de junho de 2025). <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621477/bp-survival-of-the-richest-160123-en.pdf>.

¹⁴ Bank of England. Monetary Policy: Quantitative Easing. <https://www.bankofengland.co.uk/monetary-policy/quantitative-easing>; International Monetary Fund (IMF). (2021). Fiscal Monitor April 2021. <https://www.imf.org/en/Publications/FM/Issues/2021/03/29/fiscal-monitor-april-2021>; N. Ahmed, et al. (2022). Inequality Kills: the unparalleled action needed to combat unprecedented inequality in the wake of COVID-19. Oxfam, p. 18. <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621341/bp-inequality-kills-170122-en.pdf>.

¹⁵ Os dados sobre riqueza pública e privada são do World Inequality Lab. A riqueza pública se refere à riqueza líquida dos governos. A riqueza pública é a de governos locais e centrais e assume a forma de ativos financeiros, empresas públicas e hospitais públicos. A riqueza privada é a de atores privados, que são indivíduos e fundações que detêm empresas, títulos, imóveis e outros ativos em seus nomes. Para mais informações, ver: World Inequality Lab. (2022). World Inequality Report 2022. Capítulo 3. (Acessado em 12 de junho de 2025). <https://wir2022.wid.world/>.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ Os dados sobre riqueza e renda pública e privada, nacionais e globais, são do World Inequality Lab (<https://wid.world/data/>). Os dados sobre riqueza e renda pública e privada, nacionais e globais, são do World Inequality Lab (<https://wid.world/data/>). Tratamos da relação (razão) entre riqueza nacional e global e renda, pois ela separa taxa de crescimento da economia e crescimento da riqueza. De acordo com o World Inequality Lab, “Quando a razão entre riqueza privada e renda aumenta, significa que o peso relativo daqueles que possuem capital está ultrapassando o peso daqueles que vivem apenas de suas rendas”. Para mais informações, ver World Inequality Lab (2022). World Inequality Report 2022. Capítulo 3. (Acessado em 12 de junho de 2025). <https://wir2022.wid.world/chapter-3/>.

¹⁸ Ibid.

¹⁹ A financeirização se refere ao crescente domínio de motivações financeiras, atores do mercado e instituições financeiras na economia. Ver A. Taneja, A. Kamande, C. Guharay Gomez, D. Abed, M. Lawson, N. Mukhia (20 de janeiro de 2025). Takers not Makers: The unjust poverty and unearned wealth of colonialism. Oxfam, p. 53-55. (Acessado em 19 de fevereiro de 2025). <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2025-01/English%20-%20Davos%20Full%20Report%202025.pdf>. Ver, também: U. Gneiting, Y. Rodriguez (18 de março de 2024). How do the largest US corporations contribute to inequality? Oxfam, p. 11. [https://webassets.oxfamamerica.org/media/documents/Corporate Inequality Framework.pdf](https://webassets.oxfamamerica.org/media/documents/Corporate%20Inequality%20Framework.pdf)

²⁰ M.-B. Christensen, C. Hallum, A. Maitland, Q. Parrinello, C. Putaturo (Janeiro de 2023). Survival of the Richest: How We Must Tax the Super-Rich Now to Fight Inequality. Oxfam, p. 11. (Acessado em 13 de junho de 2025). <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621477/bp-survival-of-the-richest-160123-en.pdf>

²¹ Wolfgang Streek (2014). Buying Time: The Delayed Crisis of Democratic Capitalism. Verso Books, London, p. 49-84.

²² Ver, por exemplo, M. J. Romero (10 de julho de 2015). Laying bare the true cost of private sector involvement in development. The Guardian. (Acessado em 12 de junho de 2025). <https://www.theguardian.com/global-development/2015/jul/10/true-cost-private-sector-involvement-development-finance-summit-ppp>;

A. Chowdhury, J. K. Sundaram (24 de agosto de 2020). World Bank's 'Mobilizing Finance for Development' not financing development. K. S. Jomo. (Acessado em 12 de junho de 2025). <https://www.ksjomo.org/post/world-bank-s-mobilizing-finance-for-development-not-financing-development>

²³ Oxfam International (11 de junho de 2025). Biggest-ever aid cut by G7 members a death sentence for millions of people, says Oxfam. Oxfam International. (Acessado em 12 de junho de 2025). <https://www.oxfam.org/en/press-releases/biggest-ever-aid-cut-g7-members-death-sentence-millions-people-says-oxfam>.

²⁴ D. Gabor (2020). The Wall Street Consensus. Center for Open Science, p. 31-32.

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/dech.12645>

- ²⁵ World Bank (2 de abril de 2015). From billion to Trillions: Transforming Development Finance. Development Committee Discussion Note. World Bank. (Acessado em 27 Março de 2025). <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/622841485963735448-0270022017/original/DC20150002EFinancingforDevelopment.pdf>.
- ²⁶ J. Ghosh (14 de maio de 2024). The “Billion to Trillions” Charade. Project Syndicate. (Acessado em 17 de abril de 2025). <https://www.project-syndicate.org/commentary/private-sector-investment-will-not-close-climate-financing-gap-by-jayati-ghosh-2024-05#:~:text=Multilateral%20development%20banks%20and%20international,for%20climate%20and%20development%20finance>.
- ²⁷ D. Gabor (2020). The Wall Street Consensus. Center for Open Science, p. 3. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/dech.12645>
- ²⁸ R. Riddell, N. Ahmed, A. Maitland, M. Lawson, A. Taneja (Janeiro de 2024). Inequality Inc. How corporate power divides our world and the need for a new era of public action. Oxfam. (Acessado em 13 Março de 2025). <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2024-%20English.pdf>. K. Bayliss, E. V. Waeyenberge, “Unpacking the Public Private Partnership Revival,” The Journal of Development Studies, vol. 54.4, (2018), p. 586.
- ²⁹ World Bank (2024) International Debt report 2024. World Bank Group, p. IX. (Acessado em 11 de junho de 2025). <https://www.worldbank.org/en/programs/debt-statistics/idr/products>. Ver, também: I. Gill (11 de dezembro de 2024). For developing economies, the finance landscape has become a wasteland. World Bank Blogs. (Acessado em 13 de junho de 2025). <https://blogs.worldbank.org/en/voices/for-developing-economies-the-finance-landscape-has-become-a-wasteland>.
- ³⁰ MDB Task Force on Mobilization (Fevereiro de 2025). Mobilization of Private Finance by Multilateral Development Banks and Development Finance Institutions 2023, p. 15. <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/2023-joint-report-mobilization-of-private-finance-by-mdbs-dfis.pdf>.
- ³¹ Organization for Economic Cooperation and Development (19 Janeiro de 2023), private Finance Mobilized by Official Development Finance Interventions. Development Co-operation Directorate, p. 38-43. (Acessado em 25 Março de 2025). https://www.oecd.org/en/publications/private-finance-mobilised-by-official-development-finance-interventions_c5fb4a6c-en.html.
- ³² MDB Task Force on Mobilization (Fevereiro de 2025). Mobilization of Private Finance by Multilateral Development Banks and Development Finance Institutions 2023, p. 6. <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2025/2023-joint-report-mobilization-of-private-finance-by-mdbs-dfis.pdf>.
- ³³ Organization for Economic Cooperation and Development (19 de janeiro de 2023), private Finance Mobilized by Official Development Finance Interventions. Development Co-operation Directorate, p. 11-16. (Acessado em 25 Março de 2025). https://www.oecd.org/en/publications/private-finance-mobilised-by-official-development-finance-interventions_c5fb4a6c-en.html.
- ³⁴ World Bank (Julho de 2015). From Billions to Trillions: MDB Contributions to Financing for Development. World Bank Group, p. 2. (Acessado em 11 de junho de 2025). <https://documents1.worldbank.org/curated/en/602761467999349576/pdf/98023-BR-SecM2015-0233-IDA-SecM2015-0147-IFC-SecM2015-0105-MIGA-SecM2015-0061-Box391499B-OUO-9.pdf>.
- ³⁵ S. Attridge, L. Engen (2019). Blended finance in the poorest countries: The need for a better approach. ODI Report, Overseas Development Institute (ODI), p. 38. (Acessado em 4 de abril de 2025). <https://odi.org/en/publications/blended-finance-in-the-poorest-countries-the-need-for-a-better-approach/>.
- ³⁶ N. Lee (11 de fevereiro de 2025). The MDB Role in “Billions to Trillions”: Were We Delusional?. Center for Global Development. (Acessado em 10 de junho de 2025). <https://www.cgdev.org/blog/mdb-role-billions-trillions-were-we-delusional>.
- ³⁷ A. Banga (3 de abril de 2025). Development is how we compete, grow, and stay secure. World Bank Blogs. (Acessado em 6 de abril de 2025). <https://blogs.worldbank.org/en/voices/development-is-how-we-compete-grow-and-stay-secure>.
- ³⁸ S. Languille, M. R. Balsera (Março de 2025). Financing Education in Lower-Income Countries: are PPPs the cost-effective solution? In Research Handbook on Education Privatization and Marketization, p. 293-306. Edward Elgar Publishing; Jomo KS, et al., “Public-Private Partnerships and the 2030 Agenda for Sustainable Development: Fit for purpose?,” DESA Working Paper No. 148, UN Department of Economic and Social Affairs, 15 de fevereiro de 2016, https://www.un.org/esa/desa/papers/2016/wp148_2016.pdf; Kate Bayliss, Elisa Van Waeyenberge, “Unpacking the Public Private Partnership Revival,” The Journal of Development Studies, vol. 54.4, (2018), p. 586; D. Gabor, N. S. Sylla (23 de dezembro de 2020), planting budgetary time bombs in Africa: the Macron Doctrine En Marche. Groupe d’études géopolitiques. (Acessado em 18 de maio de 2025). <https://geopolitique.eu/en/2020/12/23/planting-budgetary-time-bombs-in-africa-the-macron-doctrine-en-marche/>
- ³⁹ WHO (17 Janeiro de 2023). Public-private partnerships for health care infrastructure and services: policy

considerations for middle-income countries in Europe. World Health Organization, p. 20. (Acessado em 15 de maio de 2025). <https://www.who.int/europe/publications/i/item/9789289058605>.

⁴⁰ A. Marriott (2014). A Dangerous Diversion: Will the IFC's flagship health public-private partnership bankrupt Lesotho's Ministry of Health? Oxfam International, p. 2. (Acessado em 17 de abril de 2025). <https://www.oxfam.org/en/research/dangerous-diversion>.

⁴¹ S. Languille, M. R. Balsera (Março de 2025). Financing Education in Lower-Income Countries: are PPPs the cost-effective solution? In Research Handbook on Education Privatization and Marketization, p. 293-306. Edward Elgar Publishing.

⁴² C. R. Enriquez (org.) (1º de junho de 2023) Corporate Capture of Development: Public-Private Partnerships, Women's Human Rights, and Global Resistance, p. 3-6.

⁴³ World Inequality Database (9 de junho de 2025). Colonial extraction and unequal exchange have shaped two centuries of North-South inequality. (Acessado em 13 de junho de 2025). <https://wid.world/news-article/unequal-exchange-and-north-south-relations/>.

⁴⁴ D. Gabor (2020). The Wall Street Consensus. Center for Open Science, p. 31-32. <https://ideas.repec.org/p/osf/socarx/wab8m.html>

⁴⁵ C. R. Enriquez (org.) (1º de junho de 2023) Corporate Capture of Development: Public-Private Partnerships, Women's Human Rights, and Global Resistance, p. 3-6.

⁴⁶ R. Riddell, N. Ahmed, A. Maitland, M. Lawson, A. Taneja (Janeiro de 2024). Inequality Inc. How corporate power divides our world and the need for a new era of public action. Oxfam, p. 41-46. (Acessado em 13 de março de 2025). <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2024-01/Davos%202024%20Report-%20English.pdf>.

⁴⁷ J. E. Stiglitz (22 de julho de 2016). Inequality and Economic Growth. The Political Quarterly, Vol. 86. I s1, p. 146-149. https://business.columbia.edu/sites/default/files-efs/imce-uploads/Joseph_Stiglitz/Inequality%20and%20Economic%20Growth_0.pdf. link não abre

⁴⁸ P. Alston (26 de setembro de 2018). Report of the Special Rapporteur on extreme poverty and human rights. United Nations General Assembly, p. 12-13. (Acessado em 11 de junho de 2025). <https://docs.un.org/en/A/73/396>.

⁴⁹ D. Hall, PSIRU (Janeiro de 2014). Why Public-Private Partnerships Don't Work: The Many Advantages of the Public Alternative. Public Services International Research Unit. University of Greenwich, p. 35-40. (Acessado em 3 June 2025). https://pop-umbrella.s3.amazonaws.com/sites/default/files/documents/research/rapport_eng_56pages_a4_lr_0.pdf; Eurodad, History RePPPeated – How Public-Private Partnerships are Failing, 2018, 5, <https://www.eurodad.org/historyrepppeated>.

⁵⁰ R. Riddell, N. Ahmed, A. Maitland, M. Lawson, A. Taneja (Janeiro de 2024). Inequality Inc. How corporate power divides our world and the need for a new era of public action. Oxfam, p. 43. (Acessado em 13 Março de 2025). <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2024-01/Davos%202024%20Report-%20English.pdf>.

⁵¹ A. Marriott (Junho de 2023). Sick Development: How rich-country government and World Bank funding to for-profit private hospitals causes harm, and why it should be stopped. Oxfam, p. 19-25. (Acessado em 23 de fevereiro de 2025). <https://policy-practice.oxfam.org/resources/sick-development-how-rich-country-government-and-world-bank-funding-to-for-prof-621529/>.

⁵² A. Marriott (Junho de 2023). Sick Development: How rich-country government and World Bank funding to for-profit private hospitals causes harm, and why it should be stopped. Oxfam, p. 15-17. (Acessado em 23 de fevereiro de 2025). <https://policy-practice.oxfam.org/resources/sick-development-how-rich-country-government-and-world-bank-funding-to-for-prof-621529/>.

⁵³ Eurodad (1º de dezembro de 2022). History RePPPeated II: Why Public-Private Partnerships are not the solution, p. 15-17. (Acessado em 7 de maio de 2025). https://www.eurodad.org/historyrepppeated2?utm_campaign=newsletter_1_12_2022&utm_medium=email&utm_source=eurodad.

⁵⁴ Eurodad (1º de dezembro de 2022). History RePPPeated II: Why Public-Private Partnerships are not the solution, p. 37-39. (Acessado em 7 de maio de 2025). 2025, https://www.eurodad.org/historyrepppeated2?utm_campaign=newsletter_1_12_2022&utm_medium=email&utm_source=eurodad.

⁵⁵ Food and Water Watch (Fevereiro de 2016). The State of Public Water in the United States. Food and Water Watch, p. 3-7. (Acessado em 15 de junho de 2025). https://web.archive.org/web/20230702234757/https://foodandwaterwatch.org/wp-content/uploads/2021/03/report_state_of_public_water.pdf. Ver, também: X. Zhang, M. G. Rivas, M. Grant, M. E. Warner (2022). Water Pricing and Affordability in the US: public vs. private ownership. Water Policy V. 24. I. 3, p. 500-516. (Acessado em 16 de junho de 2025). <https://doi.org/10.2166/wp.2022.283>.

- ⁵⁶ A. Borsa, G. Bejarano, M. Ellen, J. D. Bruch. Evaluating trends in private equity ownership and impacts on health outcomes, costs, and quality: systematic review. *BMJ*. 2023 Jul 19;382:e075244. doi: 10.1136/bmj-2023-075244. PMID: 37468157; PMCID: PMC10354830. <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC10354830/#sec30>.
- ⁵⁷ A Gupta, et al., Owner Incentives and Performance in Healthcare: Private Equity Investment in Nursing Homes, *The Review of Financial Studies*, Volume 37, Issue 4, abril de 2024, p. 1029-1077, <https://doi.org/10.1093/rfs/hhad082>.
- ⁵⁸ S. Donnan, J. Deaux, D. Flatley (12 de fevereiro de 2025). Trump Advisers Look to Shift US Foreign Aid to Wall Street Ally. *Bloomberg*. (Acessado em 14 de março de 2025). <https://www.bloomberg.com/news/articles/2025-02-12/trump-advisers-look-to-shift-us-foreign-aid-to-wall-street-ally>. P. Fabricius (26 de fevereiro de 2025). UK Chancellor of the Exchequer – foreign aid cut because of threats to Europe. *Daily Maverick*. (Acessado em 14 de março de 2025). https://www.dailymaverick.co.za/article/2025-02-26-uk-chancellor-of-the-exchequer-foreign-aid-cut-because-of-threats-to-europe/?dm_source=dm_block_grid&dm_medium=card_link&dm_campaign=business-maverick.
- ⁵⁹ P. Fabricius (26 de fevereiro de 2025). UK Chancellor of the Exchequer – foreign aid cut because of threats to Europe. *Daily Maverick*. (Acessado em 14 de março de 2025). https://www.dailymaverick.co.za/article/2025-02-26-uk-chancellor-of-the-exchequer-foreign-aid-cut-because-of-threats-to-europe/?dm_source=dm_block_grid&dm_medium=card_link&dm_campaign=business-maverick.
- ⁶⁰ Documento final da Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento. 16 de junho de 2025. <https://financing.desa.un.org/sites/default/files/ffd4-documents/2025/Compromiso%20de%20Sevilla%20for%20action%2016%20June.pdf>.
- ⁶¹ S. Donnan, J. Deaux, D. Flatley (12 de fevereiro de 2025). Trump Advisers Look to Shift US Foreign Aid to Wall Street Ally. *Bloomberg*. (Acessado em 14 de março de 2025). <https://www.bloomberg.com/news/articles/2025-02-12/trump-advisers-look-to-shift-us-foreign-aid-to-wall-street-ally>; D. Gabor (22 de fevereiro de 2025). How to DOGE USAID. *Phenomenal World*. (Acessado em 14 de março de 2025). <https://www.phenomenalworld.org/analysis/how-to-doge-usaid/>.
- ⁶² CSO Joint Paper (Julho de 2023). Civil Society calls for rethink of World Bank's Evolution Roadmap as part of wider reforms to highly unequal global financial architecture, p. 4-7. (Acessado em 23 de abril de 2025). https://assets.nationbuilder.com/eurodad/pages/3170/attachments/original/1688546047/CSO_reaction_to_WBG_evolution_roadmap_FINAL.pdf?1688546047.
- ⁶³ CSO Joint Paper (Julho de 2023) civil Society calls for rethink of World Bank's Evolution Roadmap as part of wider reforms to highly unequal global financial architecture, p. 4-7. (Acessado em 23 de abril de 2025). https://assets.nationbuilder.com/eurodad/pages/3170/attachments/original/1688546047/CSO_reaction_to_WBG_evolution_roadmap_FINAL.pdf?1688546047. [aqui não seria o caso de "ibid."?]
- ⁶⁴ UNCTAD (2024). *A World of Debt Report 2024: A Growing Burden to Global Prosperity*, p. 11-13. UNCTAD. Fig. 9 (Acessado em 20 de agosto de 2024). <https://unctad.org/publication/world-of-debt>. Ver, também: UNCTAD (maio de 2020). *Topsy-turvy World: Net transfer of Resources from Poor to Rich Countries*, p. 2-3. Ao forçar os governos a adotar políticas favoráveis ao investimento estrangeiro privado, as transferências financeiras são apenas a expressão de uma apropriação mais ampla de recursos reais, ou seja, de matérias-primas e trabalho exercido. Ver N. S. Sylla. (2023). *Imperialism and the Political Economy of Global South's Debt* (Research in Political Economy, Vol. 38). Imperialism and Global South's Debt: Insights from Modern Monetary Theory, Ecological Economics, and Dependency Theory, op. cit, p. 208-10; Ver, também: G. Moyo (2024). *Africa in the Global Economy: Capital Flight, Enablers, and Decolonial Responses*, op cit., p. 82-83. J. Hickel, M. H. Lemos, F. Barbour (2024). 'Unequal Exchange of Labour in the World Economy'. *Nature Communications*, 15, Artigo no. 6298. <https://doi.org/10.1038/s41467-024-49687-y>.
- ⁶⁵ Cifras do Debt Watch Database 2024, usadas na publicação: DFI and Norwegian Church Aid (NCA) (2024). *Resolving the Worst Ever Global Debt Crisis: Time for a Nordic initiative?* <https://www.kirkensnodhjelp.no/contentassets/c1403acd5da84d39a120090004899173/>.
- ⁶⁶ Development Finance International (9 de outubro de 2024). *Country Debt Service Burdens 2024*. Development Finance International, p. 1-3. (Acessado em 8 de junho de 2025). [https://www.development-finance.org/files/Country Debt Service Burdens 2024 TABLE 09.10.2024.pdf](https://www.development-finance.org/files/Country%20Debt%20Service%20Burdens%202024%20TABLE%2009.10.2024.pdf)
- ⁶⁷ Development Finance International (Outubro de 2023). *The Worst Ever Global Debt Crisis: New Data from Debt Service Watch*, p. 4-5. (Acessado em 21 de agosto de 2024). https://developmentfinance.org/files/Debt_Service_Watch_Briefing_Final_Word_EN_0910.pdf. [link não abre]
- ⁶⁸ Development Finance International (Outubro de 2023). *The Worst Ever Global Debt Crisis: Putting Climate Adaptation Spending Out of Reach*, p. 3-5. (9 de maio de 2025). [https://www.development-finance.org/files/Debt_Service_Watch_Briefing_Climate COP28 FINAL 281123.pdf](https://www.development-finance.org/files/Debt_Service_Watch_Briefing_Climate_COP28_FINAL_281123.pdf)
- ⁶⁹ World Bank. *Record IDA Replenishment Essential as Debt Crisis Looms*. 31 de janeiro de 2024. <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2024/01/31/record-ida-replenishment-essential-as-debt-crisis-looms>; M. Estevão. (28 de março de 2022). *Are We Ready for the Coming Spate of Debt Crises?* World Bank Blogs. (Acessado em

26 de abril de 2025). <https://blogs.worldbank.org/en/voices/are-we-ready-coming-spate-debt-crises>.

⁷⁰ T. Woolfenden (27 de novembro de 2023). The Colonial Roots of Global South Debt. Debt Justice, p. 34-36. (Acessado em 12 de abril de 2025). <https://debtjustice.org.uk/wp-content/uploads/2023/09/The-colonial-roots-of-global-south-debt.pdf>.

⁷¹ J. Gandour, R. Riddell, N. Ahmed (23 de setembro de 2024). Multilateralism in an Era of Global Oligarchy How Extreme Inequality Undermines International Cooperation, p. 10-11. <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2024-09/Multilateralism%20in%20an%20Era%20of%20Global%20Oligarchy%20FINAL%20-%20ENGLISH.pdf>.

⁷² M. Estevão (28 de março de 2022). Are We Ready for the Coming Spate of Debt Crises? World Bank Blogs. (Acessado em 26 de abril de 2025). <https://blogs.worldbank.org/en/voices/are-we-ready-coming-spate-debt-crises>.

⁷³ J. Gandour, R. Riddell, N. Ahmed (23 de setembro de 2024) Multilateralism in an Era of Global Oligarchy How Extreme Inequality Undermines International Cooperation, p. 10. <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2024-09/Multilateralism%20in%20an%20Era%20of%20Global%20Oligarchy%20FINAL%20-%20ENGLISH.pdf>.

⁷⁴ World Bank (3 de dezembro de 2024). Developing Countries Paid Record \$1.4 Trillion on Foreign Debt in 2023. World Bank. (Acessado em 10 de abril de 2025). <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/12/03/developing-countries-paid-record-1-4-trillion-on-foreign-debt-in-2023>.

⁷⁵ I. Ortiz, M. Cummins (Setembro de 2022). End Austerity: A Global report on Budget Cuts and Harmful Social Reforms in 2022-2025, p. 11. (Acessado em Março de 2025). https://assets.nationbuilder.com/eurodad/pages/3039/attachments/original/1664184662/Austerity_Ortiz_Cummins_FINAL_26-09.pdf?1664184662.

⁷⁶ M. Schlegl, C. Trebesch, M. L. J. Wright (Maio de 2019). The Seniority Structure of Sovereign Debt. Working Paper 25793. National Bureau of economic Research, p. 9. (Acessado em 2 de junho de 2025). https://www.nber.org/system/files/working_papers/w25793/w25793.pdf.

⁷⁷ J. Gandour, R. Riddell, N. Ahmed. (23 de setembro de 2024). Multilateralism in an Era of Global Oligarchy How Extreme Inequality Undermines International Cooperation, p. 11. <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2024-09/Multilateralism%20in%20an%20Era%20of%20Global%20Oligarchy%20FINAL%20-%20ENGLISH.pdf>.

⁷⁸ J. Gandour, R. Riddell, N. Ahmed (23 de setembro de 2024) Multilateralism in an Era of Global Oligarchy How Extreme Inequality Undermines International Cooperation, p. 10-11. <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2024-09/Multilateralism%20in%20an%20Era%20of%20Global%20Oligarchy%20FINAL%20-%20ENGLISH.pdf> **ibid.?**

⁷⁹ African Development Bank Group. Vulture Funds in the Sovereign Debt Context. (Acessado em 12 de maio de 2025). [https://www.afdb.org/en/topicsand-sectors/initiatives-partnerships/african-legal-support-facility/vulture-funds-in-the-sovereign-debt-context#:~:text=Vulture%20funds%20buy%20debt%20often,fees\)%20300%25%2D2000%25](https://www.afdb.org/en/topicsand-sectors/initiatives-partnerships/african-legal-support-facility/vulture-funds-in-the-sovereign-debt-context#:~:text=Vulture%20funds%20buy%20debt%20often,fees)%20300%25%2D2000%25).

⁸⁰ K. Chung, M. G. Papaioannou (7 de agosto de 2020). Do Enhanced Collective Action Clauses Affect Sovereign Borrowing Costs? IMF Working Paper, p. 23-28. (Acessado em 20 de maio de 2025). <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2020/08/07/Do-Enhanced-Collective-Action-Clauses-Affect-Sovereign-Borrowing-Costs-48960>.

⁸¹ R. Wigglesworth (8 de setembro de 2023). The Mysterious Global Financier suing Sri Lanka. Financial Times. (Acessado em 4 de junho de 2025). <https://www.ft.com/content/663cc8e6-e2ad-4f25-b473-ea2f33c6b4f6>.

⁸² J. Cotterill, M. Ratnaweera (26 de junho de 2024). Sri Lanka reaches deal with creditor nations over \$5.8bn of debt. (Acessado em 4 de junho de 2025) <https://www.ft.com/content/e4c3c9bc-ba68-4a46-99a8-4ffb651e0dc7>.

⁸³ S. Fernando (4 de maio de 2025). HRB case: US court grants SL discovery to challenge bondholder's standing. The Morning. (Acessado em 4 de junho de 2025). <https://www.themorning.lk/articles/D0mJJqyAacqlr8aBnQZc>.

⁸⁴ Strategy, Analysis, and Research Team (3 de abril del 2023). Lowering The Cost of Borrowing in Africa – The Role of Sovereign Credit Ratings. UNDP, p. 35-40. (Acessado em 19 de abril de 2025). <https://www.undp.org/africa/publications/lowering-cost-borrowing-africa-role-sovereign-credit-ratings>

⁸⁵ African Union (7 de fevereiro de 2025). African leaders convene on establishment of homegrown solution, the Africa Credit Rating Agency. African Union. (Acessado em 15 de junho de 2025). <https://au.int/en/pressreleases/20250207/african-leaders-convene-establishment-homegrown-solutionafrica-credit-rating>.

Para mais informações sobre a necessidade de reformar as agências de classificação de crédito, ver: D. Cash, M. Khan (2024). Rating the Globe: Reforming Credit Rating Agencies for an Equitable Financial Architecture. United Nations University Center for Policy Research. (Acessado em 14 de junho de 2025). https://collections.unu.edu/eserv/UNU:9832/rating_the_globe.pdf.

⁸⁶ J. Gandour, R. Riddell, N. Ahmed (23 de setembro de 2024) Multilateralism in an Era of Global Oligarchy

How Extreme Inequality Undermines International Cooperation, p. 11. <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2024-09/Multilateralism%20in%20an%20Era%20of%20Global%20Oligarchy%20FINAL%20-%20ENGLISH.pdf>.

⁸⁷ Para mais informações sobre os efeitos dos ERSAPs na África no século XX, ver Structural Adjustment as an Inadvertent Enemy of Human Development in Africa, Macleans A. Geo-Jaja and Garth Mangum, Journal of Black Studies, Vol. 32, No. 1, p. 30-49 (Set. 2001).

⁸⁸ United Nations Conference on Trade and Development (25 de novembro de 2024). High cost of finance stifles development deepens inequalities: United Nations Conference on Trade and Development. (Acessado em 1º de abril de 2025). <https://unctad.org/news/high-cost-finance-stiflesdevelopment-deepens-inequalities-un-trade-and-development-chief>.

⁸⁹ T. Woolfenden (27 de novembro de 2023). The Colonial Roots of Global South Debt. Debt Justice, p. 34-36. (Acessado em 12 de abril de 2025). <https://debtjustice.org.uk/wp-content/uploads/2023/09/The-colonial-roots-of-global-south-debt.pdf>.

⁹⁰ J. Gandour, R. Riddell, N. Ahmed (23 de setembro de 2024) Multilateralism in an Era of Global Oligarchy How Extreme Inequality Undermines International Cooperation, p. 10-11. <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fspublic/2024-09/Multilateralism%20in%20an%20Era%20of%20Global%20Oligarchy%20FINAL%20-%20ENGLISH.pdf>.

⁹¹ A. Taneja, A. Kamande, C. Guharay Gomez, D. Abed, M. Lawson, N. Mukhia (20 de janeiro de 2025). Takers not Makers: The unjust poverty and unearned wealth of colonialism, Oxfam, p. 9. (Acessado em 7 de abril de 2025). <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/202501/English%20-%20Davos%20Full%20Report%202025.pdf>.

⁹² Center on International Cooperation (3 de junho de 2025). Leaders Launch Global Alliance Against Inequality at the Hamburg Sustainability Conference. New York University Center on International Cooperation. (Acessado em 13 de junho de 2025). <https://cic.nyu.edu/resources/leaders-launch/global-alliance-against-inequality-at-the-hamburg-sustainability-conference/>.

⁹³ Oxfam (2025). Sevilla 2025. A Once in a Decade Opportunity to Tackle Inequality and Achieve Global Justice. Oxfam. <https://oi-files-d8prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2025-04/OXFAM%20FFD%20POSITION%20PAPER%202025.pdf>.

⁹⁴ People Over Profit (26 de janeiro de 2023). Our Future is Public: Santiago Declaration for Public Services. (Acessado em abril de 2025). <https://peopleoverprof.it/resources/news/our-future-is-public-santiago-declaration-on-public-services?id=13578&lang=en>

⁹⁵ R. Juhász, N. Lane, E. Oehlsen, V. C. Pérez (Março de 2023). Trends in Global Industrial Policy. UNIDO Policy Brief Series: Insights on Industrial Development. (Acessado em 31 de janeiro de 2024). <https://iap.unido.org/articles/trends-global-industrial-policy>.

⁹⁶ A pesquisa, encomendada conjuntamente pelo Greenpeace Internacional e pela Oxfam Internacional, foi realizada pela empresa de pesquisa de mercado Dynata, entre maio e junho de 2025, no Brasil, Canadá, França, Alemanha, Quênia, Itália, Índia, México, Filipinas, África do Sul, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos. Juntos, esses países representam quase metade da população mundial. Os resultados completos estão disponíveis aqui. **não tem link, suponho que seria na palavra "aqui"**

⁹⁷ Eurodad (Outubro de 2024). UN framework convention on sovereign debt – Building a new debt architecture for economic justice. (Acessado em 7 de maio de 2024). https://www.eurodad.org/un_framework_convention_on_sovereign_debt.

OXFAM

A Oxfam é uma confederação internacional composta por 21 organizações, que trabalha com parceiros e aliados, alcançando milhões de pessoas em todo o mundo. Juntos, combatemos as desigualdades para acabar com a pobreza e a injustiça, tanto agora como a longo prazo - por um

futuro mais justo. Para mais informações, entre em contato com qualquer uma de nossas agências ou visite

www.oxfam.org.

Oxfam América (www.oxfamamerica.org)

Oxfam Aotearoa (Nova Zelândia) (www.oxfam.org.nz)

Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)

Oxfam na Bélgica (www.oxfamsol.be)

Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)

Oxfam Canadá (www.oxfam.ca)

Oxfam Colômbia (lac.oxfam.org/countries/colombia)

Oxfam França (www.oxfamfrance.org)

Oxfam Alemanha (www.oxfam.de)

Oxfam GB (Reino Unido) (www.oxfam.org.uk)

Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)

Oxfam IBIS (Dinamarca) (www.oxfamibis.dk)

Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)

Oxfam Intermón (Espanha) (www.oxfamintermon.org)

Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org)

Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)

Oxfam México (www.oxfammexico.org)

Oxfam Novib (Holanda) (www.oxfamnovib.nl)

Oxfam Québec (Canadá) (www.oxfam.qc.ca)

Oxfam África do Sul (www.oxfam.org.za)

KEDV (Turquia) (www.kedv.org.tr)

Foto da capa: Favela adjacente a bairros nobres em São Paulo, Brasil. Foto de Danny Lehman.

